

Dias 25 e 26 de maio vote para a nova Diretoria e fortaleça o Sindicato

Participação de todos é fundamental para fortalecer a direção que assumirá a luta contra o sucateamento do serviço público', diz servidor

Nos próximos dias 25 e 26 todos os servidores sócios do Sintrajud poderão eleger a nova diretoria do Sintrajud, que ficará à frente do sindicato no triênio 2011/2014. Urnas fixas e itinerantes receberão os votos dos associados em todos os locais de trabalho.

Participar do processo eleitoral é muito importante para dar força aos servidores que assumirão a direção do Sintrajud e terão a tarefa de levar adiante, junto com toda a categoria, as lutas e mobilizações por melhores condições de trabalho, contra o assédio moral, pelo fim do congelamento salarial e pelo PCS.

“Uma entidade democrática como o Sintrajud precisa eleger seus representantes para dar continuidade às lutas, que são muitas. Além do PCS, precisamos barrar o PLP 549/09, que congela os nossos salários por 10 anos. É preciso ter uma direção forte para levar a luta contra o sucateamento do serviço público”, argumenta o diretor do Sintrajud e servidor do TRF-3 Eliseu Trindade.

Para Eliseu, é fundamental a participação de todos os servidores sócios do sindicato na escolha dos novos dirigentes. “São



companheiros que estão se dispondo a levar a luta adiante. É de suma importância principalmente pelos desafios que vêm pela frente”, afirma.

“Estamos no meio da luta pelo PCS, enfrentando o congelamento salarial. Por isso, quanto mais respaldarmos os colegas que vão assumir a tarefa de dirigir o Sintrajud, mais estaremos

fortalecendo a nossa luta contra o congelamento salarial e pelo PCS”, disse.

De acordo com Eleilson da Costa, presidente da comissão eleitoral, todo trabalho está sendo desenvolvido para garantir ao servidor sócio o seu direito de escolher a direção do seu sindicato. “O esforço

está sendo grande para que as urnas passem em todos os locais de trabalho para garantir que todos os servidores participem”, disse.

Não se esqueça de levar documento de identificação como carteira de identidade; carteira funcional ou crachá, CNH com foto.

Dia 25 tem debate sobre as emendas ao PL 6613/09 na Barra Funda. Participe!

Como parte do calendário nacional de luta e para fortalecer a união entre os servidores e contra o congelamento, Sintajud organiza debate

Os servidores que quiserem entender um pouco mais sobre as emendas apresentadas ao PL 6613/09, que trata do PCS, não podem deixar de participar do debate que acontece no auditório do subsolo do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda, às 18h de quarta-feira, dia 25. Organizada pelo Sintrajud, a palestra será feita por Antônio Augusto Queiroz, cientista político e assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Toninho, como é conhecido, presta assessoria à Fenajufe em relação aos trâmites dos projetos de leis que afetam a vida da categoria.

O evento faz parte do calendário nacional de mobilização dos servidores do Judiciário contra o congelamento salarial e pelo PCS. Aprovado na Reunião Ampliada da Fenajufe, de 30 de abril, o calendário previa manifestações e paralisações nos TREs, Justiças Federais e Justiças Trabalhistas nas quartas-feiras de todo o mês de maio.

Na quarta-feira, 11 de maio,

os servidores se concentraram na sede do TRE, na Francisca Miquelina. Uma semana depois, foi a vez de a manifestação acontecer em frente ao Pedro Lessa, com repercussões no interior do Estado e na Baixada Santista. Agora é a vez dos servidores se manifestarem na Barra Funda.

“Este evento é importante porque faz parte do calendário de todo o funcionalismo. Espero que nós saíamos desse debate mais unificados, fortalecendo a luta pelo reajuste de salário”, afirma a servidora da JT/ Barra Funda e diretora do

Sintrajud Inês Castro.

Ela ainda reforça o convite para que todos participem. “Na prática já estamos com os salários congelados. Tivemos reajuste em 2006, referente às perdas anteriores. A última parcela foi paga em 2008. De lá para cá, a inflação tem crescido e está corroendo os nossos salários. Essa tem sido a realidade de todo o serviço público. E a política do governo do PT é a mesma, pois o arrocho está sendo aplicado desde o governo Lula”, argumenta.

Serviço:

Palestra sobre as emendas ao PL 6613/09

Onde: No auditório do subsolo, Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda.

Quando: dia 25 de maio, quarta-feira, às 18 horas

Monteiro Lobato e o racismo é debatido por servidor - pág 03

Menores fazem trabalho de servidor no Fórum das Execuções Fiscais - pág 03

Governo quer aprovar previdência complementar - pág 04

Editorial

10% do PIB para a educação

Ela é uma professora de língua portuguesa do Rio Grande do Norte que sofre diariamente com a precarização do ensino público, igual a todos os professores públicos deste país. Assim como seus colegas, ela também luta contra a precarização. Foi assim até a semana passada, quando ela participou de uma audiência pública na Assembleia Legislativa daquele estado. Sem se intimidar por estar na frente de deputados, promotores e da secretária de educação, a professora Amanda Gurgel começou sua fala aos presentes apresentando três números, “R\$ 930, são os números do meu salário”, denunciando a baixa remuneração do magistério no estado do nordeste.

A força das palavras e a tranquilidade de Amanda Gurgel ao dizê-las já comporiam uma forte denúncia contra a precarização do ensino, que se estende a todo sistema de ensino. Mas a professora foi além: “Nunca, em nenhum governo, em nosso estado, em nossa cidade e em nosso país, a educação foi uma prioridade”, disse.

O sucesso foi quase imediato. Via internet o seu discurso começou a circular no Youtube e nas páginas pessoais do facebook. Em quatro dias, mais de 200 mil internautas já haviam assistido ao discurso da professora. Depois do sucesso, começaram as entrevistas e no último domingo ela estava no Domingão do Faustão arrancando elogios e aplausos.

O sucesso do discurso nas redes sociais e o apoio que a reivindicação apresentada pela professora tem recebido é uma demonstração de que os trabalhadores brasileiros querem um serviço público de melhor qualidade. Querem que aqueles que têm a missão de educar os (nossos) filhos tenham o direito a uma grade menor para poder preparar as aulas. Querem que as salas não estejam superlotadas, para que o aprendizado aconteça de fato. Querem que os professores tenham material didático e pedagógico para poder ensinar as crianças e adolescentes.

O discurso da professora Amanda Gurgel, além disso, está cumprindo outro papel. O discurso politizou o debate sobre a precarização do ensino. Numa entrevista ao site G1 ela disse que gostaria de ter abordado a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando esteve na tribuna legislativa do estado do RN: “a alegação dos deputados e todos os que ocupam os cargos do Executivo de que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede de nos conceder reajustes, enquanto não há lei que impeça que eles reajustem seus próprios salários”.

Na internet se inicia uma campanha para que 10% do PIB seja investido em educação. Todos nós queremos isso. Mas para isso acontecer será preciso mais do que e-mails e abaixos-assinados virtuais, será preciso muita mobilização. Como sabemos, a prioridade deste governo não é investir em educação, sequer 3% do PIB são destinados a esta rubrica. A prioridade do governo é pagar os juros e a rolagem da dívida pública, que recebem 36% do PIB. Como vencer esta situação? Amanda Gurgel respondeu ao vivo, para milhares de pessoas, no Domingão do Faustão: “Acredito que faz parte do processo educacional ensinar as pessoas a lutarem pelos seus direitos... Se eu ensino meus alunos a lutarem pelos direitos deles, eu teria que ser a primeira a lutar pelos meus direitos, teria que servir de exemplo”.

Erratas:

No JJ 420, no espaço “Ideias”, publicamos erroneamente o mesmo artigo do servidor Ivo Oliveira Farias. Nesta edição está publicado o artigo correto.

Próximos artigos para o espaço Ideias

➤ O futuro dos servidores – Edson Luis Sampel – enviado em 03 de maio

➤ A questão do Haiti – Rodrigo Carneiro – enviado em 06 de maio

➤ 4 X 9 – Ana Flávia Armani – enviado em 16 de maio

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião
Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Por uma Subsede do ABC / Alto Tietê em Ribeirão Pires

Ivo Oliveira Farias*

Ribeirão Pires é da região política e geográfica do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires), mas pertence ao Circuito Turístico do Alto Tietê (Ribeirão Pires, Suzano, Mogi das Cruzes, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba etc...).

Fica numa posição central e equidistante de ambas as regiões, e a uma hora do Sintrajud em São Paulo (50 minutos de trem de Ribeirão Pires à Estação da Luz mais 10 minutos a pé), e uma hora de carro ou ônibus do Centro de Santos, onde ficam a Justiça do Trabalho e a Federal. É distante 45 minutos de carro ou ônibus da Justiça Trabalhista de Cubatão, e uma hora e dez minutos da JT de Praia Grande (via Pedro Taques), da JT de São Vicente (via Santos) e/ou da JT de Guarujá (via Piaçaguera - Cubatão-Guarujá).

Estando a uma hora e meia da Subsede de Santos, outra Subsede em Ribeirão Pires viabilizaria uma interação de atuação de parte da Grande SP (ABC/Alto Tietê) com a Baixada Santista.

A Justiça do Trabalho de Ribeirão Pires fica no Centro, a cinco minutos da Rodoviária e da Estação de Trem. Em frente à JT, na mesma rua, no

número 30, tem dois andares com salas comerciais. Alugaria uma ali, com computador e impressora, mais fax e telefone, contratava-se um funcionário que estagiaria antes, por pelo menos uma semana, na sede em SP e depois na Sub Sede em Santos, onde assimilaria o trato com o cotidiano sindical.

Na rotina do dia a dia, a atuação política e administrativa seria da militância que trabalha e/ou mora em Ribeirão Pires. Têm companheiros valorosos que comigo visitam o ABC/Alto Tietê. Adão mora lá, em Suzano, e trabalha em Ribeirão Pires. Marcão, que é da Justiça Federal de Santo André e mora em Ribeirão Pires. O Diretor de Base Hugo, e Tatiane, que moram em Santo André. Maria Francisca e Ivo moram em Ribeirão Pires. E Irene, em Rio Grande da Serra.

* Ivo Oliveira Farias é liderança do ABC/Alto Tietê

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br; contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Mobilização e assédio moral: o caso da “dama” de vermelho

Edileuza Pimenta de Lima*

Integrando o ciclo de lutas pelo PCS e contra o congelamento salarial, foi convocada uma mobilização no Fórum Pedro Lessa no dia 18/05/11. Tratava-se de uma paralisação de duas horas, entre 13h e 15h. Contamos com as mesmas caras de sempre e mais alguns colegas que vão se somando a cada manifestação.

Da minha vara compareceram todos os que quiseram, pois nossa diretora não impede ninguém de descer e, se for preciso, ela mesma assume o balcão, o que é fato raro na Justiça Federal, eu já imaginava, mas hoje tive a confirmação definitiva das dificuldades que muitos de meus colegas enfrentam para estarem mobilizados na luta sindical.

Meninos, eu vi, e não só eu. Vi uma senhora de vermelho rondando de grupinho em grupinho enquanto colegas falavam ao microfone. Vi essa senhora procurando alguém entre nós, manifestantes, enquanto eu escutava vários burburinhos ao meu redor, com gente fazendo comentários enquanto balançava a cabeça em sua direção. Meninos, eu vi: era uma diretora de vara que desceu para procurar um servidor entre nós.

Meninos, eu vi, esse servidor estava ao meu lado, e ainda portava um livro, lápis e borracha, pois aproveitava o intervalo das falas dos companheiros para estudar seu livro do curso de idiomas. Meninos, eu vi, ele estava o tempo todo lá. Ela se aproximou dele e rispidamente começou a questioná-lo onde ele estava, pois ela esta-

va lá há bastante tempo e não o havia visto. Ela em pé e ele sentado, de cabeça baixa, uma cena típica de submissão do mais fraco pelo mais forte. E ela falando, falando e falando, e o máximo que ele conseguiu dizer é que estivera lá o tempo todo. E sim, ele estivera.

Evidentemente não passou pela cabeça da senhora diretora de vermelho nenhuma das seguintes possibilidades: ele poderia ter ido rapidamente almoçar, poderia ter ido ao banheiro, poderia ter ido buscar algum panfleto ou integrar alguma comissão que tivesse ido ao TRF. O colega deixou, sim, o trabalho, mas para participar das lutas da categoria, como todos deveriam ter feito nessas duas horas. Pior é quem abandona os processos e as partes para fazer patrulha ideológica/política/comportamental.

Mais do que esse gesto estorpecido, o que incomoda é o seguinte: se a senhora de vermelho foi capaz de “descer do salto” para exercer assédio moral publicamente, na calçada do fórum, tenho pesadelos em imaginar o que pode ocorrer a esse servidor no pequeno espaço da secretaria ou na solidão do gabinete.

* Edileuza Pimenta de Lima é Servidora da 3ª Vara Cível

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br; contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Menores de idade fazem trabalho de servidores no Fórum das Execuções Fiscais

"Contratação de estagiários de nível médio pode ser um passo para a terceirização", diz servidora

Não é novidade para ninguém que o volume processual cresce a cada dia. Também não é novidade que faltam servidores em quase todos os locais de trabalho. O resultado dessa equação é o aumento da sobrecarga de trabalho sobre todos, e o consequente aumento de casos de doenças ocupacionais. A solução parece ser óbvia: a nomeação de mais servidores.

Tentar construir uma "alternativa" a essa situação, que não seja nomeando mais servidores, pode resultar em precarização das condições de trabalho dentro do judiciário. Infelizmente, é o que está acontecendo no Fórum das Execuções Fiscais, na capital paulista.

O coordenador do Fórum, o juiz Paulo Cesar Conrado, e a corregedora, desembargadora Suzana Camargo, atribuíram o trabalho da autuação (que antes era feito pela secretaria das varas) para o setor de distribuição (Sedi). Parte da nova tarefa é hoje realizada por estagiários de ensino médio. "Esses jovens recebem uma bolsa simbólica para fazer o trabalho de servidores do quadro. Isso pode ser um passo para a terceirização como já aconteceu em outros setores como, por exemplo, segurança e limpeza", diz Angélica.

A diretora também diz que a contratação de menores para fazer funções de servidores só está acontecendo porque faltam servidores do quadro, mas que essa medida também representa o início de um processo de terceirização.

As atribuições do Sedi estão descritas no Provimento 64/05, que afirma que o setor deve protocolar, cadastrar, distribuir os processos. "Os dois magistrados, a despeito do Provimento determinaram que o Sedi fizesse a autuação mesmo sem ter mais funcionários", explica.

"É uma manifestação do que tem sido a política do Poder Judiciário, que é a de valorizar a área fim. Isso pode significar, que a longo prazo, a área meio será gradativamente terceirizada".

Para Angélica, se a administração acha que a autuação não pode ser feita pelas varas, ela precisa criar um setor com servidores concursados somente para fazer essa tarefa.

É preciso debater o racismo presente nas obras literárias, diz servidor do Judiciário

Diretor de base do Sintrajud Francisco Antero acredita que a falta de discussão sobre o tema acaba reproduzindo o "racismo velado"



Em virtude do dia 13 de maio, o quinto mês do ano é tido como um período importante para se debater a situação do negro na sociedade brasileira e as diversas formas de manifestação do racismo. Debate que ganhou outros contornos após a constatação de que "Caçadas de Pedrinho", de Monteiro Lobato, tem um conteúdo racista. Tal constatação suscitou um intenso debate em torno da restrição ou veto às obras do escritor, levando várias entidades e órgãos a se posicionarem contra qualquer medida que alterasse a redação original do livro. Mas o diretor de base do Sintrajud Francisco Antero acha que seria gratificante para a sociedade que o assunto racismo, inclusive na obra do autor, fosse debatido de uma maneira ampla. "Eu acho saudável a discussão porque vivemos numa sociedade hipócrita e racista. Depois que o assunto veio à tona, fui pesquisar sobre a vida do escritor e me decepcionei com o Monteiro Lobato real".

Segundo Antero, a decepção só aumentava quanto mais informação ele colhia.

"Quando vi as cartas trocadas com um cientista e publicadas na revista Bravo!, conheci a real faceta racista dele. Nelas ele ainda ressalta a superioridade da raça branca e menospreza bairros negros do Rio de Janeiro. Em outras cartas ele lamentou a ausência, no Brasil, de uma Ku Klux Klan, aquela organização de mascarados que comandou linchamentos de negros nos Estados Unidos".

Para Antero, os defensores do escritor conseguiram bloquear a visão das pessoas em relação à vida de Lobato por conta de sua obra. "O bloqueio acontece porque vivemos numa sociedade racista. Somos cúmplices. Na verdade as pessoas têm medo de se exporem, de serem responsabilizadas pelo passado. Eu tenho consciência de que essa omissão é pior do que a ação. Quando se omite, você está sendo condizente com aquilo. Eu sou a favor do debate. Acredito que ao se calar, a situação só tende a piorar."

Na opinião do diretor de base do Sintrajud, os mais prejudicados com o racismo velado existente no Brasil são as crianças negras. "Essas crianças se sentem menores

que os outros e muitas vezes deixam de sonhar, estudar e lutar por algo melhor porque não está estimulada. Muitas acreditam que não podem sonhar."

Depois de ter a obra "Caçadas de Pedrinho" vetada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por racismo, o livro de Monteiro Lobato ganhou duas páginas com um "modo de usar" em uma edição que será enviada pelo Ministério da Educação (MEC) a 157 mil professores de 1º ao 5º ano. Para Antero, o Estado tem agido por pressão do movimento negro. "A atitude do governo tem sido moderada. Colocar notas de rodapé, como foi orientado, não vai adiantar. A medida não será eficaz, porque uma criança não terá capacidade de ficar lendo e interpretando."

Antero acredita que as obras de Lobato não devem ser banidas, mas que as pessoas, principalmente as crianças, precisam saber que o escritor era racista. "Temos que ter um pouco de cuidado para não ajudarmos a disseminar o preconceito entre as crianças, o que é prejudicial para toda a sociedade."

Governo não cumpre compromisso com servidores

Enquanto servidores aguardam resposta do governo, Ministro da Previdência pressiona deputados pela aprovação do PL 1992/07

Depois das duas grandes manifestações em Brasília, em fevereiro e em abril, que reuniram cinco e 15 mil servidores, o governo abriu negociação o funcionalismo pú-

blico para debater os projetos de leis que afetam a vida dos servidores, data-base e o direito de greve a política salarial. Após a primeira reunião que definiu a realização de seminários para que se debater mais profundamente o impacto do PLP 549/09 e do PL 1992/07 o ministro da Previdência, Garibaldi Alves (PMDB), começou a pressionar os parlamentares pela aprovação do PL 1992/07, que acaba com a aposentadoria integral, implementando a um sistema de aposentadoria complementar para todos os servidores públicos.

A situação ficou mais grave depois que o jornal Correio

Braziliense publicou uma reportagem em que membros do governo defendem o PLP 549/09, que prevê o congelamento salarial no serviço público por 10 anos, como uma das prioridades de Dilma. Semanas antes, o Secretário Geral do Tesou, Arno Augustin, numa entrevista ao jornal Valor Econômico, defendeu que as mesmas regras do PLP 549/09 sejam aplicadas às despesas de custeio administrativo.

“Temos observado essa postura dúbia e temos cumprindo a agenda. Mas se o governo insistir em não honrar com seus compromissos seremos obrigados a fazer uma greve por

tempo indeterminado o quanto antes”, afirma Paulo Barela, da CSP-Conlutas.

Barela afirma que a CSP Conlutas tem trabalhado para que haja um debate profundo sobre esses projetos que prejudicam as carreiras dos servidores. “Temos nos manifestado no congresso sobre a preocupação de aprovarem projetos que não foram discutidos. E já conseguimos algumas conquistas. No dia 31 teremos outra reunião com o governo”, lembra.

Para a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo, o governo está com todas as armas apontadas para o servidor. “Não temos alternativas a não

sermos atos, manifestações até chegar numa greve”, disse durante ato realizado na quarta-feira, 18 de maio, quando servidores da JF, TRF e JT Barra Funda se mobilizaram para construir a mobilização rumo à paralisação no próximo mês.

O ato fez parte do calendário de luta dos servidores públicos contra o congelamento salarial, decidido na última reunião Ampliada da Fenajufe. No dia 11 de maio a manifestação ocorreu no TRE. Nesta quarta-feira, dia 25, os servidores protestarão na Justiça Trabalhista.

Delegados de São Paulo à Plenária Estatutária da Fenajufe defendem a união da categoria contra o congelamento

Para maioria dos delegados é necessário que servidores estejam unidos para lutar contra o congelamento salarial

O discurso de que a ‘união faz a força’ será entoado com afinco na Plenária Estatutária da Fenajufe, que acontece entre 03 e 05 de junho, no Rio de Janeiro. Pelo menos é o que defendem e acreditam os delegados de São Paulo e diretores da Sintrajud. “Essa plenária vem em um momento importante para que a categoria ratifique sua luta pelo PCS e contra o congelamento”, explica Eliseu Trindade.

Para Leica Silva, delegada e diretora do Sintrajud, a categoria sairá unida deste evento. “Será um ótimo momento para que todos reflitam e vejam o quanto é importante a união. Tenho certeza que o objetivo da plenária será atingido que é unir forças para derrubar alguns projetos e decisões que podem prejudicar a categoria”, explica.

Ela ainda lembrou que as chefias do TRF-3 não estão mais obrigadas a determinar a compensação da greve do ano passado na proporção “hora a hora”. O serviço acumulado na pa-

ralisação deverá ser compensado, mas a chefia imediata poderá escolher se por serviço ou em horas. “Esse é um belo exemplo, se outras esferas não tiverem o mesmo resultado, os servidores deverão estar unidos para lutarem pelo mesmo resultado.”

Ronaldo Barbuy, delegado de São Paulo, acredita que a plenária será um ótimo local para debater entre o PCS e o subsídio. “Será uma ótima oportunidade para mostrar que é preciso respeitar os direitos adquiridos dos mais antigos e por isso, querem passar uma rasteira em quem são beneficiados. Eu acho que é possível ter uma solução mediana onde todos saiam ganhando. Mas para isso é preciso unidade”, ressalta.

Rafael Vanconcelos M. Vilela, delegado defensor do subsídio, também acredita que a plenária vai fazer com que a categoria se una para criar uma greve forte para lutar pelos direitos de todos. “Tenho certeza que uma grande mobilização será criada.”

No TRF, serviço represado na greve não precisa ser compensado hora a hora

Ao julgar recurso do Sintrajud, Conselho da Administração decide que serviço acumulado durante a greve pode ser repostado sem compensação hora a hora

As chefias do TRF-3 não estão mais obrigadas a determinar a compensação da greve do ano passado na proporção “hora a hora”. O serviço acumulado na paralisação deverá ser compensado, mas a chefia imediata poderá escolher se por serviço ou em horas. Essa foi a decisão do Conselho de Administração do TRF-3 ao julgar o recurso interposto pelo Sintrajud. O julgamento aconteceu na quarta-feira, dia 18 de maio e a publicação deve acontecer em aproximadamente 30 dias.

A decisão do Conselho torna sem efeito determinação do presidente do tribunal, Roberto Haddad, para que os servidores compensassem os 69 dias de greve na proporção hora a hora. “Lamentamos a demora para que esta decisão fosse revertida”, disse Cléber Borges de Aguiar, diretor do Sintrajud se referindo aos servidores que foram impedidos de fazer horas extras durante o período em que o recurso ficou pendente de julgamento.

De acordo com Cléber, que acompanhou o julgamento, o relator do processo, desembargador Márcio Moraes, destacou que a compensação por serviço pode ser mais eficiente, respeitando a dignidade do servidor e melhorando a produtividade. A votação foi unânime e se assemelha à decisão deste próprio conselho em relação à compensação na primeira instância. Acompanharam o voto do relator os desembargadores Peixoto Júnior, Alda Basto, André Nabarrete e o próprio presidente, Roberto Haddad.

“Esta decisão é importante porque reverte a obrigatoriedade da compensação hora a hora e representa um avanço em relação à determinação anterior. Qualquer servidor que se sentir prejudicado, deve entrar em contato com o sindicato imediatamente” afirmou Cléber.

Jornal do Judiciário

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.